

Luiz Marcos da Silva Júnior

THOMAS MORE E A REUNIFICAÇÃO ALEMÃ: Uma nova utopia

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Orientadora: Renata de Melo Rosa

BRASÍLIA
2006

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A UNIFICAÇÃO ALEMÃ	4
<i>Introdução</i>	<i>4</i>
1.1 A Alemanha pré-Estado e sua população.....	4
1.2 A formação da Alemanha como Nação.....	7
1.3 O pós Segunda Guerra e a separação	10
CAPÍTULO II: THOMAS MORE: INTERPRETAÇÕES E DEBATE	14
<i>Introdução</i>	<i>14</i>
2.1 O contexto histórico vivenciado por More	14
2.2 More e a Utopia.....	17
2.3 Interpretações acerca de More	22
CAPÍTULO III: A REUNIFICAÇÃO	29
<i>Introdução</i>	<i>29</i>
3.1 A História da Reunificação.....	29
3.2 Os impactos sócio-econômicos da Reunificação	38
3.3 Os elos com a ideologia de More	45
CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia não é tentar impor verdades ou tampouco firmar novos paradigmas no campo de estudo das Relações Internacionais, mas expor, do ponto de vista de seu autor e suas respectivas ontologias, uma contribuição ao debate sobre os impactos sociais causados pelo fim da guerra fria, analisando-se principalmente a ótica da ideologia de More e suas possíveis aplicabilidades sobre os fatores sociais pré e pós-queda do muro de Berlim.

No que tange ao trabalho monográfico em geral, espera-se lançar luz ao debate sobre a atual satisfação da população alemã com a reunificação, ocorrida há dezessete anos com a queda do muro de Berlim, que colocou fim à separação da Alemanha por quase quatro décadas. Com esse ímpeto, pretende-se utilizar as idéias apresentadas principalmente pelo escritor inglês Thomas More em sua obra **A Utopia**, mas também com outros autores, com o objetivo de tentar estabelecer vínculos interpretativos que sirvam de elo para a análise aqui proposta.

More escreveu a obra mencionada acima no século XVI, usando o personagem de Rafael Hitlodeu, um suposto navegador a serviço da marinha inglesa, cuja narrativa descreve sua longínqua jornada a uma ilha chamada Utopia, na qual o perfeito funcionamento social é surpreendente e encantador.

Atualmente, ao procurar-se pela definição do vocábulo “utopia” em qualquer dicionário, encontra-se uma linha de pensamento comum, que estabelece o significado como algo imaginário, fantasioso, de funcionamento perfeito e harmônico.

Os possíveis objetivos e intenções de More ao escrever de tal modo esta obra serão discutidos posteriormente, mas o ponto importante aqui é fazer menção ao impacto causado pela ideologia lançada pelo autor e sua influência em muitas outras “utopias” dali em diante, como a iluminista, a socialista utópica, e até mesmo a utilização deste vocábulo - presente em diversas línguas, empregado até nossos dias.

E é justamente por meio dessa idéia inovadora lançada pela obra de More que se pretende explorar o quanto de expectativa “utópica” ou de idealização havia na mente dos alemães ocidentais e orientais no limiar da queda do muro de Berlim em 1989, e ainda, se houve uma tendência dentre muitos deles de confirmarem ou não suas expectativas após a reunificação de fato.

Também se pretende confirmar se More é ou não um bom instrumental para aferirmos a questão humanista que veio em conjunto com a nova ordem mundial em vigor desde 1989, que se refere à criação de uma nova identidade social alemã, tendo em vista os diversos impactos causados na cidadania vigente de seus habitantes da ex-Alemanha Ocidental, mas principalmente quanto ao encaixe dos ex-Alemães Orientais nessa nova sociedade atual.

Com esse fim, elaborou-se um primeiro capítulo de História da nação Alemã – inclusive de sua formação como Estado - retratada com foco em pontos chave para transmitir ao leitor as idéias que serão postas em pauta na discussão do capítulo terceiro, a respeito da diferenciação leste-oeste do estado Alemão desde sua concepção.

Já no segundo capítulo, pretende-se entender um pouco de Thomas More e sua obra **A Utopia**, esclarecendo o contexto em que tal trabalho foi escrito e a interpretação de outros autores acerca de More, para que possamos juntar esse embasamento teórico aos argumentos históricos do capítulo primeiro visando uma melhor análise do capítulo terceiro.

No terceiro e último capítulo, a intenção é abordar um pouco da história recente Alemã a respeito da queda do muro de Berlim, e junto aos argumentos acumulados nos capítulos anteriores, discutir a questão das consequências da queda do muro do ponto de vista social e econômico, e logo, tentar aferir o grau de idealização da reunificação pelos cidadãos da Alemanha como um todo.

CAPÍTULO I: A UNIFICAÇÃO ALEMÃ

Introdução

O objetivo deste capítulo não é dar foco à abordagem histórica pontual ou estabelecer vínculos minuciosos com a densa história de formação do Estado Alemão, mas situar o leitor em uma linha temporal constituída a partir da abordagem de momentos interessantes da Alemanha para facilitar ao leitor a organização mental das idéias, e os argumentos aqui estabelecidos, por meio de inserções em pontos históricos chave que contribuam para elaboração do elo entre as influências do passado e a formação da presente conjuntura sócio-econômica alemã.

1.1 A Alemanha pré-Estado e sua população

Sabe-se que a Alemanha é um país que teve sua formação bem tardia como Estado, fato consumado oficialmente somente em 1871. Até então, havia apenas uma associação de pequenos e inúmeros estados que não constituíam uma unidade em si, à época do Sacro Império Romano Germânico. Esses pequenos estados, espalhados pela região que hoje é a Alemanha, tinham suas diferenças étnicas e sociais, que variavam de sutis a drásticas, mas com algumas características culturais em comum como a língua, costumes religiosos e outros. Porém, desde os tempos remotos (por volta do séc. VI) já havia uma espécie de divisão em dois grandes grupos regionais que serão neste mesmo capítulo melhor explicitados ao leitor: o grupo leste e o oeste.¹

¹ Conclusões a partir de: GAILE, Jochen. **Wir Deutschen - Eine Reise zu den Schauplätzen der Vergangenheit**. Kartographische Verlag Busche. Dortmund: GmbH Auflage 1991, p. 143

O crucial aqui é estabelecer que antes mesmo de seu princípio como Estado, a Alemanha já apresentava sinais de uma heterogeneidade cultural constitutiva desde o processo político de consolidação do governo deste país, que sempre teve uma linha divisória imaginária nos pólos leste e oeste de seu território geográfico.

No sacro império romano germânico, havia uma definição muito mais clara da fronteira ocidental alemã – localizada na divisa com o França - mesmo porque os reis da época eram nomeados pelo Papa, logo, todos os governantes da época queriam manter-se próximos ao poder de Roma, na Itália.² Não foi diferente no que diz respeito à politização dos pequenos clãs e territórios do lado oeste alemão, já que fortes ligações econômicas eram mantidas por essa região com o governo de Roma e a Igreja.

Príncipes e laicos procuravam fortalecer seus elos com o poder romano para agregar influência e respeito na região, enquanto o lado oriental (leste) ficava notoriamente mais isolado tanto em parâmetros físico-geográficos como estratégicos. Klaus Lantermann diz ser este o motivo da formação tardia alemã conforme trecho abaixo:

“Como os reis tinham que se deslocar a Roma para serem coroados imperadores, preocupavam-se intensamente com o poder na Itália. O litígio com o papa Gregório VII em torno do direito de nomear bispos (Querela das Investiduras) terminou em 1077 com uma peregrinação de penitência em Canossa [...]; houve um esfacelamento territorial no qual os príncipes e laicos tornaram-se senhores da terra semi-

² idem pp 145-146

*soberanos, e enquanto outros países da Europa Ocidental surgiam como Estados nacionais, as forças na Alemanha desagregavam-se. Foi assim que se criaram as condições para formação de uma nação tardia.”*³

Independentemente da formação tardia ou não, as dissidências culturais e econômicas foram por muito tempo o fator chave da heterogeneidade cultural pré-Estado nacional da Alemanha e força motor para uma série de outros movimentos sociais, que só ajudaram a polarizar ainda mais os povos que ali habitavam.

Uma amostra disso foram dissidências religiosas que tiveram seu ápice com Lutero⁴, personagem de fortíssimo impacto para a política do cenário Europeu do século XVI. A influência de suas ideologias se alastrou muito além do movimento de reforma religiosa, a exemplo da ascensão do absolutismo e fortalecimento do Estado frente à Igreja.

Ainda, no caso específico da Alemanha pré-Estado, a ideologia de Lutero e suas conseqüências sociais mais diretas serviram para reforçar o hiato cultural leste-oeste do povo alemão, uma vez que os movimentos reformistas tiveram uma maior adesão por parte dos habitantes do sul e sudeste do país⁵, ao passo que no oeste, pela própria localização mais próxima à Itália, o povo permaneceu mais fiel à Igreja Católica, gerando um choque social que implicou em

³ LANTERMANN, Klaus. **Perfil da Alemanha**. Tradução de: M. J. A. Müller. GmbH, Pössneck 2003 (o grifo é meu) pp 65-66.

⁴ Martinho Lutero foi um padre da ordem católica dos agostinianos que por volta de 1517 fez frente ao poder da igreja católica ao contestar uma série de dogmas, e acabou gerando o movimento conhecido como reforma religiosa, que se iniciou na Alemanha e poucos anos mais tarde se espalhou por toda a Europa.

⁵ GALE, Jochen, op. cit, p. 269

alguns conflitos armados - conforme será aprofundado no capítulo II deste trabalho junto com a discussão acerca da influência de Thomas More e sua obra **Utopia** na elaboração teórica do pensamento de Lutero.

Portanto, com o passar dos séculos, a parte ocidental da fronteira acostumou-se a lidar com o poder político-religioso da época, sendo também rota absolutamente em vigor dos comboios de escambo econômico e alvo das guildas⁶ nascentes, ao passo que a parte oriental ficou mais restrita economicamente às práticas de subsistência rural e politicamente às armas quando necessário se fazia.

1.2 A formação da Alemanha como Nação

A consumação Alemã como nação se deu historicamente em 18 de janeiro de 1871, quando o então rei Guilherme I, da Prússia, foi proclamado imperador Alemão no palácio de Versalhes. Mas sabe-se que tal movimento não foi fato isolado, mas fruto de impulsos políticos de seu tempo, como a criação da Liga Setentrional Alemã⁷, em 1867, e a guerra franco-alemã de 1870/71.⁸

É impossível falar sobre a formação alemã como nação sem mencionar Otto Von Bismarck, chanceler político que foi, sem dúvida, o maior responsável por tal feito.⁹ O cenário político da época, às vésperas de 1870, foi extremamente favorável às pretensões de Bismarck, que soube se articular politicamente em prol de seus objetivos, como na união dos Estados sulinos à Liga Setentrional Alemã, que se constituiu como a consolidação futura do então chamado

⁶ Associações comerciais que começaram a surgir durante o período feudal marcando o prelúdio inicial da era burguesa

⁷ Unidade formada por Bismarck em 1867 para resolver um conflito diplomático pelo trono Espanhol - LANTERMANN, Klaus, op. cit, p. 74

⁸ GAILE, Jochen, op. cit, p. 310

⁹ Conclusões de: KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Univer-cidade editora 2001 p. 120

Reich, quando da coroação do imperador Guilherme I da Prússia em 1871.¹⁰

Em seguida a tais fatos, houve a criação do Parlamento Alemão, que para surpresa de muitos, foi por sufrágio universal igualitário, o que representava um enorme avanço em relação ao sistema eleitoral de algumas outras nações da mesma época. Esse sistema, implantado dessa maneira, apresentou-se como uma jogada política do chanceler e do governo para conseguir a legitimação do povo bem como criar o sentido de patriotismo, de unidade.

Todo o movimento político dessa época diverge da insurreição de outros países quanto à formação de unidade nacional. A unificação alemã foi claramente um movimento que se deu da elite para o povo, ou seja de cima para baixo, sendo um pacto de príncipes mediante uma conjuntura política, e o povo somente sofreu em passivo as consequências disso.¹¹

Um ponto interessante para discussão se abre nesta parte da História da formação Alemã como nação ou Estado moderno, que é o debate acerca da construção da idéia do nacionalismo alemão, que é algo pela própria definição tão abstrato que se torna de complexa explicação, e Eric Hobsawm diz: *“Uma nação seria uma comunidade de desenvolvimento estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural.”*¹²

É importante ao leitor perceber que Hobsbawm desvinculou a idéia de que nação seria apenas um território, preenchido com uma população cuja maioria teria língua e religião semelhantes, não sendo suficientes a igualdade étnica,

¹⁰ GAILE, Jochen, op. cit, p. 313

¹¹ LANTERMANN, Klaus, op. cit, p. 74

¹² Conclusões por meio de: HOBBSAWM, Eric. **A questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1870**. Lisboa, Ed. Terramar 1998

religiosa ou lingüística para manutenção de um elo comum em um povo, ou seja para manutenção da nação.¹³

No caso da formação nacional germânica, praticamente todos os requisitos preenchidos para se criar o ideal de nacionalismo no povo, tendo em vista a artificialidade com a qual a nação se construiu. Havia diferenças culturais, religiosas e até lingüísticas na região quando da formação estatal, porém como já mencionado, essas diferenças não seriam de suficiência para manter ou para dissolução da nação em si, entrando na equação outros fatores de vital importância, como o ideal de comunidade propagado adequadamente pelo Estado.¹⁴

Particularmente interessante era que em uma nação recém formada, o plano político era praticamente todo traçado pela ainda renitente nobreza, em meio a uma burguesia totalmente ascendente e influente - conforme era a tendência por toda a Europa. Ainda mais intrigante é o fato de Bismarck governar por aproximadamente 18 anos (1864-1892), e apesar de impor leis de caráter progressista e anti-socialista, obteve muito apoio por parte do povo - classe operária.

Além de diversos fatores de conjuntura política e social da época, o provável motivo desse duradouro governo do chanceler Bismarck em tempos tão turbulentos é principalmente fruto e mérito de sua sabedoria em coordenação de política exterior e também exemplar capacidade de articulação política e manutenção no poder.¹⁵

¹³ idem, p. 176

¹⁴ Hobsbawm defende a idéia de que para existir, uma nação necessitaria de um Estado político, um certo aparato tecnológico oriundo do modo de produção vigente, disseminar a idéia de comunidade entre o povo e fazer com que os cidadãos se sentissem incluídos no sistema governamental.

¹⁵ KISSINGER, Henry. op. cit, p. 122

No que tange à Alemanha, suas características pré-estatais e esclarecimentos sobre a formação de seu Estado Moderno, o leitor desfrutou - até o momento - de uma base histórica e política coerente com o propósito do trabalho para que façamos um corte temporal para o próximo item, tendo em vista que se pretende fazer enfoques analíticos específicos na História alemã, mantendo na mente do leitor o objetivo monográfico proposto, que não é de analisar densamente o quadro histórico desta nação, porém embasá-lo para os capítulos vindouros.

1.3 O pós Segunda Guerra e a separação

Com o término da Segunda Grande Guerra, a Alemanha destruída ficou à mercê das nações vencedoras, inclusive para selar o novo destino político, econômico e social do país, conforme foi feito na conferência de Potsdam, ainda em 1945, com os principais líderes do exército aliado.¹⁶

A ocupação bélica e posicionamento dos exércitos ao término da guerra, foram duas das diversas razões que culminaram na divisão da Alemanha vencida em zonas, ficando a região oeste sob responsabilidade inglesa, francesa e estado-unidense sendo mais tarde chamada de RFA – República Federativa Alemã e a leste sob responsabilidade soviética, onde pouco mais tarde se formaria a RDA – República Democrática Alemã – o que foi uma verdadeira ironia do destino, pois a RDA detinha pouquíssimos fatores considerados dentro dos padrões democráticos, quando se analisa qualquer país cujo regime político na época era a democracia.¹⁷

¹⁶ A conferência de Potsdam foi uma reunião feita após o término da Segunda Guerra entre os principais líderes dos países aliados para decidir o futuro político e econômico da Europa.

¹⁷ HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva 1996

A área que mais tarde seria chamada RDA abrangeu, coincidentemente, a parte Alemã que, desde os tempos remotos - como à época do sacro império romano germânico – caracterizava-se por ser uma zona geográfica menos prestigiada política e economicamente. Como se isso já não bastasse, estima-se que essa região teve que pagar em torno de 14 bilhões de dólares ao governo soviético por reparação de danos de guerra, fato que só agravou o colapso econômico já vigente.¹⁸

Todos os governos provisórios das zonas de divisão pós-guerra tiveram a difícil tarefa de reorganizar a sociedade civil, de modo que houvesse, de alguma maneira, base para a governabilidade social que pudessem ser explorados de maneira positiva e expansiva na reconstrução política do país. Porém, há diferenças entre a abordagem ou o modo como tal ação foi concretizada nas duas principais zonas: a soviética e a ocidental.

A zona sob supervisão direta do governo de Moscou sofreu uma reorganização totalmente estadista, ou seja, foi algo que veio como uma meta a ser seguida conforme uma cartilha, e os governantes – todos comunistas - detinham todo o poder. Foi literalmente algo de cima para baixo, como já eram os pactos dos príncipes da região há milhares de anos. Como disse o comunista Walter Ulbricht¹⁹ naquela época: *“Deve ter a aparência de democracia, mas temos que manter o comando em nossas mãos.”*²⁰

¹⁸ Conclusões a partir de: MAGNOLI, Demétrio. **O Mundo Contemporâneo – Relações Internacionais 1945-2000**. São Paulo: Moderna 1996, pp 35-129

¹⁹ Principal líder do Partido Socialista Unitário (SED), que governava unânime a RDA na época.

²⁰ apud LANTERMANN, Klaus, op. cit, p. 83

Na Alemanha ocidental, onde se tinha a supervisão inglesa francesa e americana, a partir de 1947 ocorreu a fusão das zonas britânica e americana na chamada bizona. Mais tarde, convencidos da vantagem econômico-administrativa, os franceses decidiram aderir à cooperação internacional na fusão de sua área de supervisão à bizona, formando então a trizona, também chamada de zona capitalista ou ocidental.²¹

Houve sérios problemas muito similares aos da zona soviética na zona ocidental, porém com soluções um pouco diferenciadas. A indenização por reparação de danos de guerra teve valores um pouco mais coerentes²², e apesar da implantação da governabilidade também ter sido de cima pra baixo, isso ocorreu só de início, pois pouquíssimo tempo mais tarde, incentivou-se a formação de pequenos governos locais com partidos próprios e foi se ampliando isso cada vez mais, até que se chegasse ao nível estadual e nacional.

A zona capitalista foi reconhecida internacionalmente na data oficial de 23 de maio de 1949, através da promulgação da Lei Fundamental Constituinte e eleição do primeiro parlamento²³. Enquanto isso, na parte soviética, o partido socialista unitário alemão (SED) fortalecia-se cada vez mais, e em 07 de outubro de 1949 foi promulgada a constituição da RDA²⁴, concomitantemente a vários massacres de levantes populares nas ruas. A partir das datas acima, as zonas eram reconhecidas como nações.

²¹ KISSINGER, Henry. op cit, p. 459

²² MAGNOLI, Demétrio, op. cit, p. 62

²³ A proclamação da RFA como Estado foi provisória, pois acreditava-se em uma breve reunificação alemã. Portanto, não se adotou uma Constituição, mas sim a chamada Lei Fundamental de Bonn.

²⁴ LANTERMANN, Klaus, op. cit, p. 88

Essa diferença de políticas sociais foi sentida desde o início pelo povo, inaugurando o começo da guerra fria - fator de tensão mundial durante décadas - tendo seus efeitos mais devastadores centrados nos dois pólos da Alemanha dividida em Agosto de 1961, cujo objetivo era acabar com a fuga das massas do lado oriental para a zona ocidental. Mas acabou por alcançar muito mais que isso, nas devidas proporções políticas, econômicas e sociais que se arrastaram por caminhos diferenciados durante quase quatro décadas para realidade do povo alemão.

Com isso, encerra-se o capítulo primeiro, onde foram expostos alguns momentos chave na história da nação Alemã para que pudéssemos, em conjunto com os outros capítulos e por meio de elos, esclarecer o que foi proposto por este ensaio monográfico. A seguir, teremos o capítulo segundo, onde se debaterá sobre o escritor Thomas More e sua obra **A Utopia**, para que o leitor possa estabelecer os vínculos necessários à concretização do terceiro capítulo.

CAPÍTULO II: THOMAS MORE: INTERPRETAÇÕES E DEBATE

Introdução

Neste capítulo, tem-se por objetivo explorar as idéias propostas por Thomas More ao escrever **A Utopia** para que o leitor possa compreender as analogias que tentaremos estabelecer mais tarde no capítulo terceiro. Para tanto, usaremos tanto da exposição do arranjo social presente na Europa à época em que o livro foi escrito, como também as interpretações de outros importantes autores a respeito dele.

2.1 O contexto histórico vivenciado por More

Nascido em Londres em 1472, Thomas More tinha família de origem Veneziana, mas com alocação na Inglaterra já há algumas gerações, onde o pai fazia parte da pequena nobreza sendo juiz no Conselho Real da época. More teve boas oportunidades literárias - frequentou a Universidade de Oxford, onde mostrou excelente desempenho acadêmico nas línguas clássicas, a exemplo do grego e do latim - estabelecendo-se aí, o elo de ligação de sua mais famosa obra **A Utopia** com **A República**²⁵ de Platão.

More tinha em suas mãos o instrumental perfeito para consolidar tal influência literária: era bom escritor por práxis própria, e não só tinha facilidade com

²⁵ **A República** é um livro escrito por Platão na Grécia Antiga, em língua nativa, onde o autor descreve, de acordo com sua opinião, como seria a funcionalidade ideal de uma república. PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Martin Claret 2000

a lingüística, como também era especialista no grego e latim. Logo, teve todo o escopo necessário para dar uma interpretação em **A República** tal qual nenhum outro autor antes tivera, fundamentando ali a base de sua futura obra crítica ao sistema Europeu vigente - **A Utopia**.

More foi mais adiante do que só a universidade, tendo feito uma passagem de quatro anos em um convento - onde optou por não permanecer em hábito religioso, abandonando a igreja para se casar. Pouco mais tarde, ele se profissionalizou em advocacia e foi eleito membro da Câmara dos Comuns, de onde mais tarde, conseguiu entrar para o serviço do Rei e ter acesso aos mais altos cargos, a exemplo do Conselho Privado em 1515, no qual foi membro de missões diplomáticas, Chanceler do Tesouro em 1520, e por fim, Grande Chanceler no ano de 1529.²⁶

A Utopia foi escrita por More em uma missão diplomática em Flandres entre os anos de 1516 e 1518, já que a primeira edição do livro data deste período. Há de se pôr em argumentação ainda, a influência do amigo Erasmo de Roterdã, o qual Thomas conheceu em Oxford ainda à época de sua formação acadêmica. Erasmo escreveu o livro **Elogio da Loucura**, onde critica uma série de fatores considerados por ele fora da moral na sociedade:

“Nesta obra encontra-se de maneira evidente a rememoração da República de Platão e a influência de Elogio da Loucura de Erasmo de Roterdã, em que este demonstra a existência de um grande

²⁶ Dados a partir de: LINO, Nieto José. **Thomas More – Um homem para a eternidade**. São Paulo: Quadrante 1987

*número de coisas desarrazoadas no seio da sociedade.*²⁷

Apesar da importância do supracitado e das influências sofridas por More ao escrever **A Utopia**, é consideravelmente mais relevante para este estudo, o legado ideológico deixado pela obra do que as fontes de inspiração usadas pelo autor ao escrevê-la.

É primordial lembrar ao leitor o cenário Europeu à época da obra **A Utopia** para situá-lo no contexto em que surgem as idéias lançadas pelo autor. O século XVI foi muito conturbado na Europa em geral, o colonialismo já colhia seus primeiros frutos e conseqüências, a visão de mundo do homem da época mudava enquanto a expansão de seu poderio por novas terras e riquezas naturais corria a pleno vapor.

O comércio entre as nações aumentava cada vez mais, principalmente porque os Estados que não dispunham de colônias almejavam de alguma forma, ainda que indireta, se apossar das riquezas metálicas das que possuíam colônias de exploração, como é o caso de Espanha e Portugal.²⁸ É natural que, em um continente como o Europeu, onde somente alguns Estados estivessem recebendo riquezas em ouro e metais preciosos diretamente de suas colônias, as outras nações quisessem se fortalecer comercialmente e vender manufaturas e congêneres.

²⁷ GAETANO, Mosca, e BOUTHOU, Gaston. **História das doutrinas políticas desde a antiguidade**. 3ª edição: Rio de Janeiro, Zahar Editores 1968, p. 133

²⁸ GUZMAN, Maurício – **Cautiveiro del Hombre – Proyecciones del Utopismo**. México: Costa Amic 1968. pp 36-38

É dentro desse contexto mercantilista que se dá a difusão de riquezas, no qual a tendência é a difusão - via comércio - desses metais preciosos por quase toda a Europa. Um fato muito comum nessa época foi a reestruturação de terras agrárias, antes usadas para cultivo, e dali em diante feitas de pasto de ovelhas visando comércio internacional de lã. Logo, a tendência em diversas regiões era que os alimentos se tornassem escassos e o preço da comida nas cidades centrais subisse, ao passo que as pessoas que antes trabalhavam no campo, acabaram migrando para as cidades por razões como a de que as atividades de pastoreio quase não demandam mão-de-obra²⁹ e também pelo início do fenômeno da Revolução Industrial³⁰.

Portanto, a criminalidade crescia e aumentava também o número de guerras civis e movimentos urbanos ou agrários relacionados, de alguma forma, à violência. Entender o contexto em que uma obra foi escrita já é um grande passo para o entendimento da obra em si, e seguindo essa analogia, isso não se dá de modo diferente no nosso caso. **A Utopia** foi uma obra crítica de More à sociedade inglesa que acabou por se encaixar na maioria dos governos de Estados europeus no século XVI. Mais ainda do que somente expor sua crítica, More sugere como deveria ser o sistema vigente, conforme veremos no próximo item.

2.2 More e a Utopia

Thomas More descreve todo o funcionamento econômico e social da ilha **Utopia** através de uma narração dada pelo personagem de Rafael Hitlodeu, um suposto viajante marítimo a serviço da Coroa que estivera *in loco* no suposto local.

²⁹ ibidem

³⁰ fenômeno sócio-econômico através do qual a Europa iniciou sua era da industrialização

Enquanto ele retrata o ambiente, o leitor percebe o perfeito e harmônico funcionamento do lugar no qual tanto os recursos humanos quanto os materiais foram otimizados, maximizando o potencial produtivo daquele local e proporcionando aos seus habitantes uma vida tranqüila e feliz.

“A agricultura é a arte comum a todos os Utopianos, homens e mulheres, e a atividade em que todos são igualmente peritos. São nela instruídos desde a juventude[...] Além da agricultura, cada um aprende um outro ofício, como profissão própria, geralmente o ofício paterno [...] destinam-se ao trabalho apenas seis horas[...] O tempo livre entre o trabalho, as refeições e o sono é ocupado livremente por cada indivíduo, como melhor o entender.”³¹

Ou seja, se todo e qualquer habitante da ilha se dedicasse intensamente ao trabalho durante seis horas ao dia, a produção seria suficiente para suprir a população com tecidos, alimentos e outros serviços e necessidades. Contudo, nada era produzido em escassez, mas sim em abundância, não havendo dinheiro para comprar nada, já que a produção era de todos e para todos, e a população no geral tinha fácil acesso aos recursos. A ideologia de More é simplista porém eficaz, e faz crítica direta à má distribuição da força de trabalho no sistema social Inglês e Europeu, conforme o seguinte trecho:

“Pensareis talvez que são insuficientes para produzir o necessário as seis horas que ocupam no trabalho, e que são freqüentes as carências de bens úteis. Mas assim não acontece. Esse curto tempo de trabalho é mais do que suficiente para produzir a abundância, e mesmo o excedente de todas as coisas necessárias à subsistência e

³¹ MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005, pp 59-60

*ao bem estar. [...] O que facilmente compreendereis se tiverdes em conta a enorme quantidade de ociosos que existem em outros países.”*³²

Um outro ponto muito importante entre os inúmeros que comprovam o caráter crítico da **Utopia**, está em como More aborda o ouro e as riquezas na sua suposta ilha, já que nela haveria harmonia e equilíbrio social, não existiria fome nem violência, e a ganância seria algo completamente inútil em uma sociedade que não usaria moeda corrente³³ a não ser para fins de comércio exterior ou quando estritamente necessário (como em tempos bélicos). Todavia, a rotina diária não era regida pelo dinheiro ou riquezas, o que aplacava uma série de problemas sociais e de desvios de conduta recorrentes e habituais na sociedade européia. Há notoriamente uma conexão dessa característica presente na ilha com a ideologia socialista, conforme se discutirá mais adiante no próximo item.

“[...]utilizam ouro ou prata para fazer pinicos e outros recipientes de uso mesquinho, não só nos edifícios comuns como nas casas particulares. Fazem também dos mesmos metais as grandes cadeias, as guilhetas e as algemas com as quais amarram os escravos. Finalmente, os condenados por crimes são obrigados a usar anéis de ouro nas orelhas e nos dedos e cadeias de ouro no pescoço.[...] Adornam com eles as crianças, que nos primeiros anos vão se orgulhar de tais ornamentos, mas à medida que vão avançando em anos e inteligência, vendo que só apenas em crianças

³² idem, p. 61

³³ É muito interessante o modo que More acha para criticar ou zombar da ganância humana nesta obra, onde ouro e pedras preciosas eram nada mais que material usado para destacar tudo que era socialmente reprovável ou brinquedos infantis que iam perdendo a graça ao passo que os *utopianos* atingiam mais tenra idade, ou seja, insinuando que as pessoas que se deixam encantar por metais preciosos ou coisas que brilhem não passam de bobos ou infantis.

*se usam tais frivolidades e brinquedos, libertam-se deles espontaneamente, sem esperar pela ordem dos pais, tal como entre nós abandonam-se as bolas e bonecas.*³⁴

É fantástica a disposição da liberdade de ir e vir com que contavam os *utopianos*, uma vez que no arranjo geográfico da ilha, uma cidade nunca ficava a mais de um dia de viagem a pé de outra, e obtendo a devida carta permissão do príncipe³⁵, os cidadãos poderiam partir sem maiores problemas às outras cidades da ilha para quaisquer fins. Todavia, se pegos em viagem sem a carta de permissão, eram punidos com advertência, e quando recorrentes, condenados à escravidão.

O fator da religiosidade e tolerância religiosa é muito presente na ilha, pois não se fixava ou obrigava os cidadãos da **Utopia** a seguirem nenhuma religião em específico, deixando claro que qualquer cidadão poderia crer nos dogmas que bem entendesse, e quaisquer que fossem suas crenças, todos os cidadãos congregavam juntos, debaixo de um mesmo santuário religioso, se condenando apenas o ateísmo.³⁶

Outro ponto crucial para a construção crítica de More que se encontra na **Utopia** é a organização política idealizada pelo autor, que se dá de maneira aparentemente muito justa e bem distribuída hierarquicamente entre a população da ilha, de modo que não houvesse qualquer concentração de poder e tampouco tendências a governos tirânicos.

³⁴ Idem, p. 72

³⁵ Em sua obra, More relata que os *utopianos* poderiam, a qualquer tempo e por qualquer motivo, solicitar ao príncipe uma carta de permissão para viajar, na qual constava a autorização e a data fixa de regresso. Quando em outra cidade, o cidadão se alocava tal qual na sua de origem, trabalhando em sua profissão e estabelecendo-se em casa de amigo ou parente.

³⁶ MORE, Thomas. op. cit, p. 100

A distribuição do poder na Utopia contava com elaborada hierarquia política, onde se dividia a população em grupos de 30 famílias - que escolhiam anualmente um líder regional chamado *filarco*. Daí em diante, um grupo de dez *filarcos* e suas respectivas famílias chefiadas escolhiam o *protofilarco*. Por fim, para se eleger o príncipe regente da ilha, todos os duzentos *protofilarcos* existentes escolhiam o cidadão por eles considerado mais apto ao cargo, dentre um dos quatro homens propostos pelo povo.³⁷

Quanto à escravidão, More deixou claro que os cidadãos dignos³⁸ nunca estão sujeitos a ela, mesmo entre os estrangeiros, conforme relatou, numa demonstração de tolerância entre os povos, que os *utopianos* tratam pessoas nascidas em outras nações de maneira igualitária aos seus, sem preconceitos ou distinções, desde que aquela pessoa demonstre se adequar às regras sociais da ilha.

*“Nunca fazem escravos os prisioneiros apanhados em campos de batalha, exceto se tiverem sido apanhados com a arma nas mãos, nem também são escravos os filhos de escravos, **nem mesmo os escravos estrangeiros que fujam para a Utopia.** Punem de preferência com a escravatura os cidadãos que são acusados de grandes crimes ou os condenados à morte de origem estrangeira. [...] No entanto, tratam ainda mais duramente os seus próprios compatriotas, que consideram dignos de um castigo maior, por terem sido educados para a virtude numa república excelente e, apesar de tudo isso, preferiram o crime. [...] **Quando um trabalhador,***

³⁷ idem, pp 58-59

³⁸ More classifica como digno todo e qualquer cidadão que conseguisse viver em plena harmonia inserido nos padrões *utopianos*

*miserável noutro país, vem oferecer os seus serviços voluntariamente, como escravo, tratam-no em tudo honestamente, como aos seus cidadãos [...]*³⁹

Os impactos causados pela literatura de More só vieram alguns anos mais tarde àquele século XVI na Europa, quando a situação só se agravou para as classes trabalhadoras com a chegada da revolução industrial. Apesar disso, não se pode negar a astúcia e originalidade do escritor, numa época onde criticar o sistema vigente era, na grande maioria dos casos, por em risco a própria pele.

Dentre as várias menções à obra **A Utopia** e ao próprio More neste trabalho, foram explicitados diversos aspectos relevantes aos elos que tentaremos estabelecer mais tarde, no capítulo terceiro. Antes disso, faz-se bastante necessário pesquisar o que outros autores acadêmicos dizem sobre More e sua obra, e portanto, como o interpretaram.

2.3 Interpretações acerca de More

O impacto econômico sofrido pela Europa do século XVI e as revoluções sociais vieram junto com a escalada de violência, gerando uma cadeia social cíclica que foi ferozmente sentida pelo povo e pelos governantes, que tiveram muito trabalho para conter as diversas insurreições populares:

“O homem, agora, domina a vasta superfície da terra; vive em todos os climas; é senhor de todos os mares, ilhas e continentes[...] Este progresso inusitado fez o homem vaidoso[...] O homem se sente

³⁹ idem, (o grifo é meu) p. 86

*como um Deus e atua como a mais mísera das criaturas.”*⁴⁰

É diante do mais conturbado cenário europeu⁴¹ que nasce a obra de More, oriunda de um passado recente onde se presenciou a gráfica de Gutenberg, as cruzadas e histórias sobre outros povos, culturas longínquas, novos conhecimentos etnológicos, dentre outros. E tudo isso, mesclado à retomada política de cidades-estado há muito sob o poder muçulmano e à revolução das ciências que começou a aflorar com o renascimento, colocando o humanismo em alto vigor e convivendo com a necessidade de transformar tudo e todos, a exemplo da proposta e ideologia do funcionamento político da ilha chamada **Utopia**.

Diante de tal contexto, a situação sócio-econômica européia⁴² foi causa de diversos movimentos armados, como os feitos por grupos de ideologias socialistas⁴³ que se disseminaram na Alemanha durante o século XVIII. A respeito da influência de Thomas More e sua obra **Utopia** na reforma luterana⁴⁴ e nesses movimentos de insurreição tem-se:

“A obra de Morus teve bastante influência sobre a formação da doutrina comunista, sobretudo durante a segunda metade do século XVIII. Mas além dessa influência remota, exerceu provavelmente influência sobre um movimento mais próximo, uma vez que não foi estranha à formação intelectual dos homens que dirigiam os movimentos religiosos com tendências socialistas e que se

⁴⁰ GUZMAN, Maurício, op. cit, (a tradução é minha), p. 153

⁴¹ Era época de drásticas mudanças no cenário Europeu – A Revolução Industrial e a Marítima estavam em plena voga, proporcionando os mais diversos impactos sociais.

⁴² vide situação já mencionada no capítulo II sub-item 2.1

⁴³ vide capítulo I pp 6-7 e capítulo II p. 19

⁴⁴ vide capítulo I p. 6

manifestaram na Alemanha do século XVI.”⁴⁵

Ao contrário do que dizem Gaetano Mosca e Gaston Bouthoul, é questionável até que ponto Thomas More e sua obra **Utopia** influenciaram os movimentos de ideal socialista ocorridos na Alemanha durante o século XVI. Durante o ápice da reforma religiosa, a influência se deu de forma muito mais indireta do que explícita. Há, indubitavelmente, elos ligando a ideologia política de More com o ideal comunista, mas os movimentos revolucionários que ocorreram foram nada mais que um reflexo da insatisfação popular que se dava por toda a Europa, à luz da própria Inglaterra de More.

Logo, trata-se de uma conexão meramente ontológica, uma vez que as duas ações, por mais diversificadas que fossem em caráter epistemológico, tinham como prerrogativa base ou razão de ser, fazer da Europa um lugar melhor para se viver, ou seja, são duas conseqüências de mesma causa. Todavia, a discussão se More tem ou não influência direta nesses movimentos, demanda uma análise de elaborada minúcia, que foge ao escopo objetivado por este ensaio.

Assim como Platão na Grécia Antiga ao escrever **A República**, More escreveu fazendo frente à governabilidade e ao sistema social em voga durante sua existência. Sendo um homem de influência de seu tempo, escreveu sua obra fazendo crítica ao deixar implícitas - e por vezes - explícitas, as sugestões de mudanças no sistema social. Para More, era intrínseco ao homem idealizar um mundo melhor, e para tanto lhe servia o instinto, que como um impulso lhe conduzia

⁴⁵ GAETANO, Mosca, e BOUTHOU, Gaston, op. cit, p. 137

sem trégua a conceber mentalmente sociedades perfeitas.⁴⁶

Podemos perceber que Maurício Guzman⁴⁷ também interpretou More como bastante influenciado por Platão e **A República** conforme já citado anteriormente⁴⁸, já que na Utopia tem-se a caracterização do governo como oligárquico e regido por pouquíssimas leis feitas por sábios, que eram quase sempre intitulados anciãos. Além disso, Guzman diz haver algumas características presentes em More referentes à idéia de unidade nacional afirmando ser o próprio More favorável ao surgimento do Estado como nação:

“More imaginara os cidadãos falando a mesma língua e regidos pelas mesmas leis de direito local. O estado combinava a cidade-estado com o Estado nacional; para comprovar isto basta lembrar que o habitante de uma cidade não poderia ir à outra sem permissão governamental;”⁴⁹

Essa comparação da ilha **Utopia** ao funcionamento de um Estado por parte de Guzman se dá também de maneira evidente quando o autor enumera algumas características consideradas por ele para tal raciocínio, tais como a proteção estatal ao seu cidadão, o respeito e tolerância a religiões diversas, o investimento no desenvolvimento do cidadão como pessoa e de seus talentos e a obediência por opção, gerando toda uma infra-estrutura governamental que proporcionaria aos habitantes a harmonia de uma vida socialmente digna.⁵⁰

⁴⁶ GUZMAN, Maurício, op. cit, (a tradução é minha), p. 7

⁴⁷ autor da obra Cativeiro del Hombre

⁴⁸ vide capítulo II item 2.1 pp. 14-15; PLATÃO. op cit.

⁴⁹ GUZMAN, Maurício, op. cit, (a tradução é minha), p. 41

⁵⁰ idem, (a tradução e o grifo são meus), p. 57

Entretanto, vale ressaltar que há falhas no que Guzman argumenta ser o caráter estatal da Utopia, a exemplo da obediência por opção, pois quem violasse tais regras de convivência na ilha era punido primeiramente com algumas sanções executivas e quando recorrentes sofriam castigos que poderiam chegar até mesmo à escravidão ou pena de morte, colocando em reflexão até que ponto tratasse de uma obediência passiva ou coercitiva.

Além disso, outro ponto de dissidência ao comparar-se a similaridade de funcionamento da Utopia com o de um Estado seria que a própria concepção de formação do Estado em si, segundo Hobsbawm⁵¹, deveria ser a de um corpo formado por cidadãos, ou seja, uma demanda que seria oriunda dos habitantes de determinada região, e não uma formação como a que teríamos na fictícia ilha Utopia.⁵²

“[...] mas ao meu julgamento, o mais transcendental da obra de More é que o homem é uma criatura essencialmente infeliz.[...] o homem acomodara sua conduta aos ditames da razão.[...] Todas as concepções sobre a ética imediatamente anterior à Utopia haviam sido eudemônicas ou hedonísticas. O homem, segundo esses sistemas, sempre ia ao encontro da felicidade por meio da virtude ou do prazer espiritual. More entendeu as coisas de outro modo. Concluiu que a vocação do homem para a felicidade e para a vida virtuosa é uma consequência necessariamente de sua natureza racional e de um mandato divino”⁵³

⁵¹ HOBBSAWM, Eric. op. cit, p. 23

⁵² A ilha teria sido criada por Útopos, que decidira separar a área da ilha do continente fazendo-a artificialmente e criando as regras para os habitantes que ali residiriam

⁵³ GUZMAN, Maurício, op. cit, (a tradução é minha), pp 55-56

A citação acima destaca e lança reflexão sobre a crença de More de que o homem tinha natureza originalmente boa, e estava predestinado à felicidade e à vida plena na terra, deveria porém, usar o dom divino da razão⁵⁴ a seu favor para minimizar as cargas terrenas de trabalho, violência, cobiça, inveja e outros mais.

Há ainda a interpretação de Skinner, que vê a obra de More como algo retrógrado aos tempos medievais, sendo um referencial em choque com o movimento renascentista e o progresso social como um todo. O próprio Skinner defende que Morus, através da sua obra **A Utopia**, remonta ao ideal da sociedade coletiva da Idade Média, sendo ela na verdade uma crítica humanista às aspirações do humanismo.⁵⁵

Isso ocorre pelo fator de idealização da coletividade presente em Morus, visto sua descrição de uma sociedade harmônica, vivendo em padrões de características plenamente rurais, numa época em que - conforme já descrito⁵⁶ - as novas descobertas tecnológicas e o desenvolvimento industrial iam a pleno vapor, colocando o homem no centro da discussão científica vigente, em meio a uma reorganização social onde se tentava redescobrir o papel do ser humano no coletivo, e a maioria das pessoas sofria com essa adaptação, principalmente pelos desvios de caráter oriundos da chegada desses novos padrões⁵⁷ de relacionamento civil.

⁵⁴ Conforme More, esse dom da razão era o dom mais valioso e mais louvável entre os *utopianos*, dom segundo o qual o ser humano se destacava frente aos animais e os cidadãos da **Utopia** tinham seu diferencial perante as nações estrangeiras.

⁵⁵ SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. 4ª reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras 2003, pp. 273-281

⁵⁶ vide item 2.1

⁵⁷ Conforme já analisado, foi uma época em que o inchaço urbano aumentou muito, junto com a escalada de violência e distúrbios sociais. Provavelmente por isso More teve o desejo de escrever sobre uma sociedade harmônica e de convívio social pacífico e fraterno, quase que dizendo que era preciso ir contra o movimento renascentista e remontar aos padrões de organização agrário-medievais.

Por isso, Skinner relata que More escreve a obra em tom irônico, pois concomitantemente à sua primazia pela liberdade do cidadão no seu harmônico livre-arbítrio às regras sociais da ilha, ele impõe arbitrariamente um regime totalmente cerceador ao *utopiano*. E ainda, faz uma sociedade criada artificialmente dentro de moldes forjados à boa convivência entre os seus, características de possíveis interpretações ditatoriais. Isso porque Skinner enxerga More como um reacionário ao movimento progressista em vigor quando ao elaborar **A Utopia**.

Portanto, o leitor percebe que, por um lado Guzmán menciona um lado estatal de *welfare-state* presente na obra de More, enquanto Skinner já direciona sua análise mais para o caráter coercitivo do regime vigente em More, ou seja, imposto à força, uma vez que os cidadãos que não se sentissem satisfeitos ou se adequassem às prerrogativas tinham pleno apoio para deixar a ilha.

Comparativamente, pode-se dizer que ambos autores supracitados estão corretos, cabe porém, adiantar ao leitor que o encaixe da obra de More no contexto alemão da queda do muro também sofre a mesma ambigüidade, sendo necessários critérios para embasamento dos dois pontos de vista citados.

Assim sendo, encerramos o capítulo segundo, onde discutimos o autor Thomas More e sua obra **A Utopia**, o contexto histórico em que ele viveu e as interpretações de outros pensadores acerca de sua ideologia. A seguir, teremos o capítulo terceiro, onde tentaremos estabelecer os vínculo desse autor e sua ideologia ao contexto Alemão pré e pós-queda do muro de Berlim.

CAPÍTULO III: A REUNIFICAÇÃO

Introdução

Com o terceiro capítulo, pretende-se concretizar o estabelecimento de vínculos da ideologia de **A Utopia** de Thomas More com a conjuntura política e social Alemã quando da queda do muro de Berlim. Analisaremos ainda, as respectivas conseqüências sociais no cotidiano do cidadão alemão após a queda do muro que, era uma prova concreta da existência de uma guerra fria.

3.1 A História da Reunificação

A derrocada da RDA e conseqüente reunificação alemã foi um longo e desgastante processo político tanto internamente quanto no âmbito internacional, que culminou, décadas após a implantação do muro de Berlim, com sua queda e a reabertura das fronteiras à população.

Retomando a linha temporal iniciada no primeiro capítulo, com a divisão em zonas no pós Segunda Grande Guerra - a Alemanha foi aos poucos se polarizando em duas áreas já explicadas anteriormente⁵⁸, sendo elas a oriental (RDA) e a ocidental (RFA). O governante soviético Josef Stalin tentou, por interesse político do bloco de alinhamento socialista, reunificar a Alemanha muito antes de 1989, mas não foi bem sucedido, tendo em vista que o proposto ia de encontro aos

⁵⁸ vide capítulo I, item 1.3

interesses norte-americanos na época, inviabilizando o projeto soviético.⁵⁹

Durante o longo processo de consolidação institucional desses dois Estados (RDA e RFA) onde antes havia um só, pouco a pouco se agravaram as hostilidades políticas, e a consequência mais direta foi a construção do que inicialmente era apenas uma cerca, e mais tarde se tornou um muro - extremamente bem reforçado - separando e delineando fisicamente uma fronteira que já existia, no ponto de vista político, entre as duas dissidentes formas de governabilidade presentes.

“Os anos de 1953 e 1961 marcam as mais graves crises desse período na Alemanha bipartida. Em maio de 1953, explodia uma revolta popular em Berlim Leste. Originada do descontentamento diante das normas salariais e de produção industrial, e estimulada pela propaganda ininterrupta da rádio ocidental, a revolta desenvolveu-se por meio de manifestações e greves que exigiam o fim do governo de Walter Ulbricht, eleições livres e a retirada das tropas soviéticas. O estado de sítio foi decretado, as fronteiras fechadas e as tropas soviéticas desencadearam a repressão, pondo fim ao movimento popular.”⁶⁰

Diante da enorme pressão popular alemã, inclusive migratória, Walter Ulbricht convocou reunião com a cúpula de Moscou:

⁵⁹ Pouco é divulgado sobre o assunto, mas Josef Stalin escreveu uma nota em Março de 1952 propondo a reunificação aos países de alinhamento capitalista. O Presidente norte americano Truman achou a ação arriscada politicamente, tendo em vista que a linha de defesa da guerra fria se deslocaria para a costa do pacífico, preferindo manter uma Alemanha separada e armada a uma unificada e pacífica. - MAGNOLI, Demétrio, op. cit, p. 75

⁶⁰ idem, p. 73

*“De qualquer forma, ao contrário das existentes em Berlim Ocidental e na RFA, as condições internas da RDA, tanto econômicas quanto sociais e políticas, eram tão negativas e desfavoráveis que condenavam o regime da SED⁶¹ à derrocada. Walter Ulbricht percebeu-o e em reunião no Pacto de Varsóvia de Março de 1961 advertiu que a RDA não mais poderia cumprir as obrigações com o COMECON⁶² se aquele fluxo de refugiados continuasse. Clamou por uma solução radical.[...] Diante então do impasse que e da perspectiva de que, mais cedo ou mais tarde, a RDA entraria em total colapso, os integrantes do Pacto de Varsóvia, reunidos outra vez entre 5 e 7 de Agosto **decidiram pela construção de uma barreira em Berlim, que o próprio Ulbricht sugerira, embora dois meses antes declarasse ao povo que ninguém tinha a intenção de construir um muro.**”⁶³*

Quase todas as potências ocidentais protestaram contra essa atitude da RDA, apesar de ter causado um certo alívio aos Estados Unidos, conforme disse o presidente John Kennedy ao seu antecessor Eisenhower: *“Não é uma solução muito boa.....mas é muito melhor do que uma guerra.”*⁶⁴

O alívio dos Estados Unidos veio em grande parte porque a solução provisória do muro serviu para abrandar a situação política na região, que há muito vinha deveras tensa, inclusive quando do fechamento da fronteira para construção do muro, um ato feito à moda militar pelo governo soviético causando intensas preocupações na Casa Branca. O território de fronteira entre a RFA e a RDA foi

⁶¹ Partido Socialista Unitário da Alemanha que comandava o governo da RDA

⁶² Reunião do grupo de Países membros do Pacto de Varsóvia.

⁶³ MAGNOLI, Demétrio op. cit, (o grifo e a tradução são meus), pp 76-77

⁶⁴ idem (a tradução é minha), p. 77

ocupado com tropas e tanques pelo exército vermelho, ao qual Adenauer, Conselheiro Federal da RFA respondeu em igual força, posicionando também suas tropas na região, não causando por pouco o estouro de novo conflito armado na Europa.⁶⁵

Mediante esse conturbado cenário de intensa pressão tanto popular quanto política é que ocorre a construção do muro de Berlim:

*“Em 13 de agosto de 1961 foi construído o muro de no meio de Berlim e um cinturão da morte ao longo da fronteira entre os dois estados alemães. Com isso, tentava-se conter as fugas da RDA.”*⁶⁶

A construção do muro foi, em si, algo muito abrupto e chocante, mesmo para os governantes, que já sabiam do crescente grau das hostilidades na região. Para a população foi ainda pior, pois ao ver barreiras e cercas sendo erguidas de repente, as pessoas entraram em pânico e tentaram de qualquer forma passar ao lado Ocidental (RFA). Várias famílias foram separadas durante esse processo.

Alguns anos a seguir, veio a década de 70, caracterizada pela implementação de vários acordos políticos⁶⁷, como o Tratado de Varsóvia, no qual reconheceu-se a fronteira com a Polônia em 7 de setembro de 1970, o que ajudou muito a abrandar a pressão migratória - que a essa altura vinha bastante intensa - sob o muro em si. Além disso, vários outros importantes acordos entre as duas Alemanhas foram firmados durante esta década, principalmente em decorrência do

⁶⁵ Inter Nationes, Bildungs Medien und Film. **100 Deutsche Jahre**. Kennedyalle 91-103 D 53175 Bonn, Inter Nationes 1999 (a tradução é minha)

⁶⁶ LANTERMANN, Klaus op. cit, p. 88

⁶⁷ idem, p. 89

Tratado de Base, assinado em 21 de dezembro de 1972, o qual garantiu postos de representações permanentes entre os dois países e normalização da relação alemã – que até então tinha sérios problemas de regulamentação quanto ao muro de Berlim.

Esta época foi marcada por uma aproximação política entre a RDA (República Democrática Alemã) e a RFA (República Federativa Alemã), a exemplo do aumento do tráfego na fronteira e modernização do sistema viário alemão como um todo⁶⁸. Isso significava que, apesar das dificuldades burocráticas, as duas nações se preparavam para um futuro reunificado. Outro claro exemplo disso é o fato de o governo da Alemanha ocidental pagar em torno de 3.4 bilhões de marcos⁶⁹ à RDA pelo resgate de presos políticos e para reunir famílias fragmentadas por volta de 1972. Esse fato seria um exemplo das formas práticas mais recentes da *compensação* internacional.⁷⁰

Nos anos que se seguiram, já no início da década de 80, avanços surpreendentes à reunificação dos dois países ocorreram. As relações foram ficando mais conturbadas do ponto de vista econômico-social e mais brandas no campo político, a exemplo da elevação das representações instauradas na década de 70 à categoria de embaixadas. É importante mencionar que a subida de Helmut Kohl à chancelaria federal da RFA, em 1982, em muito contribuiu para a aproximação com

⁶⁸ É importante lembrar que durante os vinte primeiros anos (1950-1970) as relações entre os dois estados ficaram completamente congeladas, e a RFA recusava-se a reconhecer internacionalmente a RDA por questões de legitimidade política frente ao povo.

⁶⁹ LANTERMANN, Klaus, op. cit, p. 91

⁷⁰ A compensação internacional é uma prática política internacional que vigora na balança de poder quando se tem relações gerais de Estado de forças comparáveis. WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília – Instituto de Pesquisa das Relações Internacionais. 2002, p. 191

a vizinha RDA, visto que seu objetivo já nas campanhas era a unidade política.⁷¹

Ao mesmo tempo, na RDA, a planificação da economia já não mais atendia às necessidades da população, e empréstimos no exterior começaram a virar prática cada vez mais recorrente. Dentre os setores mais sofríveis estava o de bens de consumo, que não tinha condições favoráveis de competição aos parâmetros de seus vizinhos capitalistas. As fugas ilegais cresciam a cada ano, ao passo que as embaixadas de alguns países possuíam listas cada vez maiores de candidatos à anistia internacional no exterior.⁷²

Apesar de toda a propaganda, e de a República Democrática Alemã ter alcançado os melhores indicadores sociais do mundo socialista da época⁷³, não havia mais como manter alguns setores da economia funcionando constantemente a prejuízo, e nem continuar incitando na população – principalmente a nova geração de jovens – à disposição pelo sacrifício para se alcançar o sucesso da revolução socialista com superação das nações capitalistas.

Os protestos cresciam cada vez mais, principalmente em grandes cidades como Leipzig. O governo ia vagarosamente cedendo às pressões populares. Em maio de 1989, as fronteiras de passagem à Áustria e Hungria foram abertas, não impedindo quem quisesse sair ou chegar à RDA por meio delas.⁷⁴ No começo de outubro do mesmo ano, ao festejar o 40º ano de aniversário da fundação da RDA, levantaram-se os protestos das massas, iniciados principalmente em muitas igrejas locais, e saíram às ruas enquanto gritavam repetidamente o slogan

⁷¹ LANTERMANN, Klaus, op. cit, p. 91

⁷² Inter Nationes, Bildungs Medien und Film. **100 Deutsche Jahre**. Kennedyalle 91-103 D 53175 Bonn, Inter Nationes 1999 (a tradução é minha)

⁷³ LANTERMANN, Klaus, op. cit, p. 92

⁷⁴ Inter Nationes, NDR und Spiegel TV. **Die Mauer – Eine Deutsche Geschichte**. Kennedyalle 91-103 D 53175 Bonn, Inter Nationes 1999. (a tradução é minha)

“Nós somos o povo!”⁷⁵

Contrariamente ao acontecido em alguns movimentos populares de protesto em países de regime ditatorial socialista – a exemplo da Hungria em 1953, Praga em 1968 e Polônia em 1980 - o povo percebeu que a União Soviética não tinha intenção de esmagar as massas pela força, o que aumentou ainda mais a pressão popular nas ruas. Pouquíssimo tempo mais tarde aos protestos, o Conselho de Ministros e os integrantes da SED pediram sua demissão em conjunto, oficializando uma derrota política frente ao ímpeto do povo.⁷⁶

Até que na noite de 9 de novembro de 1989, numa quinta feira, enquanto o telejornal passava no horário nobre da televisão da RDA⁷⁷, ocorreu o seguinte:

“E no dia 9 de novembro, que foi uma quinta feira, no horário do jornal nacional, que é 8 horas, e lá oito horas da noite, entrou ao vivo uma conferência de imprensa do Sr. Gunther Shabowski, que era o chefe do partido em Berlim, um dos principais caciques do partido – que [sic] falava aos jornalistas - e a gente viu quando alguém veio por trás, entregou um bilhetinho e ele olhou o bilhetinho, olhou pra cima, olhou pra baixo de novo e disse: “Acabo de ser informado que o governo da Alemanha Oriental, da DDR resolveu abrir o muro, abrir a fronteira.” E daí [sic] os jornalistas perguntaram: “E isso a partir de quando?”. E ele disse assim: “Como não dizem aqui, imagino que seja a partir de já”. Isso foi tipo [sic] 8 e 10 da noite, a gente

⁷⁵ LANTERMANN, Klaus, op. cit, (o grifo e a tradução são meus), p. 98

⁷⁶ idem, p. 99

⁷⁷ KÖKER, Anne e SONNTAG Ralf. **Berliner Platz 3 – Deutsch im Alltag für Erwachsene**. Berlin und München: Langenscheidt KG, 2004, p. 45

descobriu depois, e o próprio Shabowski diz nas memórias dele, que na verdade o governo tinha decidido que o muro seria aberto a partir da próxima segunda feira, e haveria três dias para se preparar a abertura, porque o muro e a região da fronteira era [sic] como uma zona de guerra, quem circulasse por perto corria o risco de ser baleado, os soldados tinham ordem de atirar em qualquer um que se aproximasse. Então, naquele dia 9 de novembro, ninguém tinha avisado os soldados, eles estavam nos seus postos, talvez assistindo ao jornal também, surpresos em saber que o muro tinha caído, porque [sic] eles não tinham recebido ordens; e meia hora depois – porque [sic] é tudo muito próximo – o povo começou a chegar em multidões querendo ver para crer. E se um dos soldados tivesse perdido a cabeça, e cumprido a ordem de atirar, podia [sic] ter havido um massacre pior que a [sic] Praça da Paz Celestial que havia acontecido em Pequim 5 meses antes, em junho de 89 ”⁷⁸

Seguinte ao relato acima, sabe-se que quando o telejornal voltou ao ar, foi dada a notícia de que a partir daquela data seria possível a todo e qualquer cidadão Alemão da RDA, mediante quaisquer circunstâncias, cruzar a fronteira sem controle, permissão especial ou portando documentação de autorização de qualquer natureza para efetuar viagem ao exterior.⁷⁹

Ao assistir isso, milhares de pessoas saíram de suas casas às pressas para os portões do muro, lotando junto com inúmeros carros a avenida

⁷⁸ Relato retirado da entrevista feita por mim em 25/10/2006 com a cidadã berlinense oriental Sabine Plattner, que vivenciou *in loco* a situação

⁷⁹ Inter Naciones, Bildungs Medien und Film. **100 Deutsche Jahre**. Kennedyalle 91-103 D 53175 Bonn, Inter Naciones 1999 (a tradução é minha)

Kurfürstendamm⁸⁰. Diante disso, os soldados viram-se em uma situação difícil para conter a enorme massa populacional nos portões da fronteira, e nada puderam fazer quando o povo começou a arrebentar os portões e destruir o muro a golpes de marreta.

Já na madrugada de 10 de novembro de 1989, estima-se que 600 mil berlinenses orientais atravessaram à força a fronteira para o outro lado. Houve uma enorme festividade e o Conselheiro Federal da RFA Helmut Kohl reuniu-se na praça com os cidadãos para um discurso de patriotismo e unidade nacional. Praticamente todos os representantes governamentais de outras potências mundiais foram às redes de televisão em seus países, em cadeia nacional, para um pronunciamento anunciando a nova condição da ordem mundial e dando seu aval à abertura⁸¹, à exceção de Moscou.

Como a Alemanha oriental já há muito dava claros sinais de desgaste econômico e político, e as linhas de financiamento oriundas de Moscou cada vez mais exauridas, o iminente colapso econômico-político do governo socialista soviético ocorreu praticamente junto à queda do muro berlinense e outros movimentos de mesma conjuntura, como em Cuba e na antiga União Soviética.

Após a queda do muro, o trâmite oficial e burocrático por parte do governo para institucionalizar a Alemanha reunificada se deu de maneira extremamente dinâmica. Enquanto o povo ainda protestava nas ruas, agora gritando **“Nós somos um povo!”**, o governo do chanceler Kohl apresentou quase que instantaneamente planos para ajuda econômica emergencial à RDA. Além disso,

⁸⁰ LANTERMANN, Klaus, op. cit, p. 99

⁸¹ Inter Naciones, Bildungs Medien und Film. **100 Deutsche Jahre**. Kennedyalle 91-103 D 53175 Bonn, Inter Naciones 1999 (a tradução é minha)

foram realizadas eleições livres em março de 1990, nas quais a antiga Câmara Popular da RDA anunciou adesão à Lei Fundamental de Bonn; transferiu-se toda a sede governamental de Bonn para Berlim, à exceção de alguns poucos ministérios; foi assinado o Tratado da Regulamentação Definitiva (2+4) em setembro de 1990 – o qual oficializou a extinção da RDA e a reunificação frente à comitiva internacional; e instituiu-se o Marco Alemão na RDA em junho de 1991.⁸²

Enfim, a intenção neste item foi pontuar os momentos chave ou fatos indispensáveis à compreensão histórica da reunificação, abrangendo desde a erguida do muro até meados de 1990. No item seguinte serão discutidas as consequências da reunificação do ponto de vista social.

3.2 Os impactos sócio-econômicos da Reunificação

Após a queda do muro, o mundo testemunhou o fortíssimo impacto das mudanças ocorridas na nação Alemã, que se deram de maneira extremamente brusca, já que isso ocorreu sem qualquer planejamento ou previsão. Embora o leitor possa pensar ser este ponto algo facilmente contra argumentável - visto que há muito, as forças sociais da ex-União Soviética demonstravam claros sinais de fraqueza econômica e política - cabe interpor que não se sabia ao certo como e quando se daria o colapso econômico soviético, nem qual seria a extensão de suas consequências.

Conforme já abordado anteriormente⁸³, durante a década de 70 ocorreram várias tentativas de reaproximação entre os governos das duas Alemanhas, mas apesar desses fatos, grande parte do povo estava incrédulo e sem

⁸² LANTERMANN, Klaus, op. cit, p. 101

⁸³ vide capítulo III p. 32

esperança quando se falava em reunificação. Mesmo perante alguns sinais de enfraquecimento do regime soviético, a grande maioria dos alemães não acreditava mais na retomada da unidade nacional. Talvez para aplacar esse sentimento e promover a idéia da reunificação, o chanceler da RFA Helmut Kohl tenha organizado em 1986 uma grande festa em Berlim ocidental cujo tema era *West und Ost*.⁸⁴

Todavia, o povo Alemão parecia permanecer indiferente, sustentando inercialmente a opinião de que a reunificação era impossível ou tecnicamente não mais viável daquele momento em diante, pelas mais diversas razões, conforme diz o relato de Gerald Syring:

*“O que vejo é que a sociedade Alemã já não é mais uma só; E não há como uni-la novamente”*⁸⁵

Quando indagado sobre uma possível reunificação, o cidadão Arno Schneider, foi complacente à opinião de Syring:

*“Acredito que o povo Alemão já não pensa mais da mesma forma que há três décadas atrás; Temos agora culturas extremamente diferentes, formas muito distintas de ver o mundo, e isso, torna a reunificação uma utopia que não se realizará.”*⁸⁶

Apesar da grande parte do povo desacreditar na reunificação, ela ocorreu, e por mais surpreendente que fosse, foi esta mesma população descrente que exerceu forte pressão nas instituições governamentais no limiar do ano de 1989.

⁸⁴ Inter Naciones, NDR und Spiegel TV. **Die Mauer – Eine Deutsche Geschichte**. Kennedyalle 91-103 D 53175 Bonn, Inter Naciones 1999. (a tradução é minha)

⁸⁵ idem – entrevista feita antes da queda do muro com cidadão da antiga Berlim Oriental Gerald Syring, (a tradução é minha)

⁸⁶ idem – depoimento pré-queda do muro do cidadão Arno Schneider, Berlinense Ocidental (a tradução é minha)

Talvez, a re-unidade nacional Alemã não tenha se tornado possível tão somente por isso, já que há diversos outros aspectos conjunturais globais que também respondem a tal fenômeno social e político, como por exemplo interesses diferenciados entre cidadãos do leste e do oeste, mas é inegável o papel fundamental que teve a opinião pública alemã e seus protestos neste processo.

Todavia, a reunificação Alemã trouxe consigo um pouco mais do que apenas a festa da noite de 9 de novembro de 1989 e outras celebrações que se seguiram nos meses subseqüentes. Muitos problemas sociais começaram a aparecer no mais tenro início da década de 90, e causaram graves impactos para o povo:

“Trabalho era um problema social muito grande, assim como a privatização das indústrias estatais presentes na ex-RDA, que gerou muitos conflitos com partidários socialistas[...] O programa governamental criado para a alocação habitacional construiu prédios inteiros para receber cidadãos da ex-Alemanha Oriental que quisessem residir nas áreas da Alemanha Ocidental, mas com o tempo criou-se um paradigma de uma nova segregação social, como em guetos[...]”⁸⁷

Portanto, percebe-se que as políticas feitas para concretizar no cotidiano do cidadão alemão a queda do muro e conseqüente retomada da unidade nacional Alemã foram elaboradas e postas à prática às pressas, sem muito critério de inclusão social para os muitos que se viram em clara desvantagem competitiva. Conforme visto no depoimento acima, sérios problemas referentes a emprego,

⁸⁷ idem – Depoimento da cidadã da ex-Alemanha Oriental Ingrid Zillmann, relatando as dificuldades sociais vindas junto com a queda do muro (a tradução é minha)

moradia, e às novas taxas no imposto para reconstrução e investimento da antiga Alemanha Oriental acabaram por gerar um reflexo sociológico de diferenciação leste-oeste, culminando em uma certa intolerância entre os cidadãos alemães de ambos os lados (ex-RFA e RDA).

“Os mercados sumiram, as lojas foram substituídas e muitas pessoas como eu, perderam o emprego; e não se acha mais emprego. Não recebemos qualquer treinamento, e sem mais nem menos [sic] o seu antigo colega de trabalho com o qual você conviveu profissionalmente durante anos, não é mais seu colega, mas sim um concorrente aos novos postos de trabalho.”⁸⁸

É de suma importância entender que não se deve generalizar o pensamento descrito no último parágrafo, e tampouco é este o objetivo deste trabalho, mas há de se convir que o relacionamento pessoal entre Alemães ocidentais e orientais tornou-se diferenciado uns para com os outros, e falta transparecer até que ponto os quarenta anos de separação pelo muro influenciaram ou foram responsáveis por essa tendência social.

É importante ressaltar ao leitor também, que o modo de produção capitalista não agradou a todos os Alemães Orientais, mesmo dentre os favoráveis à queda do muro e à reunificação, principalmente pelo fato de que alguns cidadãos se sentiram um pouco hostilizados pelo consumismo agressivo que ocorreu quando da abertura daquele novo mercado com a queda da fronteira socialista. E esse fato é bem compreensível, partindo-se da premissa de que os cidadãos da RDA haviam permanecido quatro décadas sob os moldes de consumismo em voga em um Estado

⁸⁸ idem – ainda opinião de Zillmann, agora comentando o problema do emprego (a tradução é minha)

socialista.⁸⁹

O fato é que muito mudou na economia Alemã devido à queda do muro de Berlim, e isso repercutiu diretamente na vida e no dia-a-dia do cidadão alemão comum. Enquanto a parte oeste Alemã enviava investimentos e material para reconstrução e escalada ao desenvolvimento do leste, este por sua vez enviava ao oeste mão de obra em recursos humanos. Essa revolução social silenciosa se deu de uma maneira cruelmente dinâmica, e até mesmo implacável no caso de alguns, conforme relata Plattner nos trechos seguintes:

*“A vida mudou radicalmente, totalmente. Como a economia da Alemanha Ocidental é muito voltada para a eficiência, para a competitividade, a reunificação trouxe muito desemprego, principalmente na Alemanha Oriental, as capacidades excedentes na Alemanha ocidental foram enviadas para suprir o mercado Alemão Oriental, e as empresas da Alemanha Oriental simplesmente sumiram, fecharam. Tem [sic] regiões lá, perto de onde eu fiz faculdade, onde a taxa de desemprego está acima de 30%. É um grave problema social, são gerações de jovens sem perspectiva, que vão para outras regiões atrás de emprego, e as cidades ficam fantasmagóricas. E é um subproduto muito ruim da reunificação, **um solo fértil para extremismos, os neonazistas são muito fortes naquela região.**”⁹⁰*

⁸⁹ Inter Naciones, Bildungs Medien und Film. **100 Deutsche Jahre**. Kennedyalle 91-103 D 53175 Bonn, Inter Naciones 1999 (a tradução é minha)

⁹⁰ Trecho da entrevista feita por mim em 25/10/2006 com a cidadã berlinense oriental Sabine Plattner, que vivenciou *in loco* a situação (o grifo é meu)

Ainda dentro dos impactos sócio-econômicos referentes à empregabilidade, Plattner diz:

*“[...] o desempregado não fica desamparado, tem desempregados por aí [sic], que se você [sic] considerar apenas a situação financeira, talvez ele [sic] esteja em condições mais confortáveis que estava na Alemanha Oriental[...] O problema, é que a grande maioria dos desempregados **quer trabalhar**, não está desempregado porque gosta de viver à toa, e eles se sentem totalmente inúteis. A minha geração ainda teve tempo de reconstruir a vida, buscar novos horizontes, mas a geração dos meus pais (50 a 65 anos) foi pega em cheio, e ficou realmente numa situação difícil, não financeiramente, não materialmente, mas na satisfação pessoal.”⁹¹*

A questão do emprego abordada acima abre espaço para distanciar ainda mais o vazio social criado pela reunificação. Após a queda do muro, e principalmente pelo que se sabe nos últimos anos, a distância social e principalmente cultural entre alemães da ex-RDA e ex-RFA aumentou muito com os quarenta anos em que se separaram fisicamente as duas Alemanhas, conforme diz Plattner:

*“Criaram-se convenções diferentes ao longo de quarenta anos, dá pra ver isso. O desenvolvimento cultural foi bastante diferente nas duas Alemanhas, e cultural digo no sentido amplo, não de teatro e literatura, mas principalmente no tratamento entre as pessoas. **Eu acredito que a Alemanha Oriental tivesse uma maneira mais***

⁹¹ idem (o grifo é meu) – Plattner levanta um ponto interessante na questão da insatisfação pessoal de alguns cidadãos orientais em relação ao tema emprego.

solidária de conviver com o outro, não havia tanta concorrência[...] Muitos sociólogos dizem que vai demorar outros quarenta anos para que talvez esse tipo de diferença tenha sumido [sic].”⁹²

De fato, são duas partes de uma mesma nação que ficou dividida por aproximadamente quatro décadas, sendo naturalmente inevitável o agravamento da diferenciação dos antigos costumes e comportamentos culturais que antes, tinham mais em comum. Ainda, no que tange à problemática do estranhamento social, principalmente quando se considera o modo como as duas regiões em questão vêm a reunificação atualmente, Plattner argumenta:

*“Olha [sic], eu acredito que na Alemanha Oriental tem algo em torno de 5 e 10% de pessoas [sic] que dizem abertamente querer o muro de volta, mas é uma minoria. Eu acho que a grande maioria dos Alemães Orientais gostaria que as condições da reunificação tivessem sido negociadas de uma forma mais justa, porque a impressão que se tem, e que eu tenho, é que não se tratou de uma unificação, porque uma unificação pra mim seria uma coisa voluntária dos dois lados [sic], e eu não posso deixar de entender e de sentir esse processo como **anexação**, como se o Estado mais fraco tivesse sido engolido pelo mais forte, e eu acho que essa é uma questão de orgulho também[...]* Mas parece que não houve respeito à dignidade das pessoas e à dignidade da sua história [sic], das suas conquistas nessas negociações da reunificação. [...] e na Alemanha Ocidental, eu acho que talvez tenha [sic] uma

⁹² idem (o grifo é meu) – A entrevistada explicita a tendência de serem os alemães orientais levemente mais sociáveis que seus colegas ocidentais usando o argumento dos efeitos gerados por aproximadamente quarenta anos de socialismo na região.

percentagem até maior dos que querem o muro de volta porque a situação econômica da Alemanha como um todo piorou depois da queda do muro, ou talvez não somente por causa disso, pois a conjuntura internacional também piorou muito na década de 90, mas pelo jeito os alemães passaram a pagar um novo imposto que não pagavam antes, o chamado imposto solidário, acredito que 5% do salário de todo mundo[...]”⁹³

Pelo que se pode notar, há diversos fatores que contribuem para o agravamento do fenômeno de diferenciação no tratamento que os alemães da ex-RDA e ex-RFA levam uns com os outros. Grande parte disso se deve ao hiato criado entre a população das duas regiões nos âmbitos econômico, social e cultural, uma vez que tais mudanças ocorreram de maneira bastante veloz, causando dificuldade aos habitantes para acompanhá-las ou mesmo se adaptarem a elas em um curto período. Atualmente, paira no ar uma certa insatisfação entre os habitantes dessas duas regiões mencionadas, que junto com alguns outros paradigmas que se criaram após a queda do muro, como a rotulação social e o julgamento cultural tendencioso à generalização, agrava o clima já tenso causado pelas políticas implementadas sem um planejamento sociológico consistente.

3.3 Os elos com a ideologia de More

Com a divisão da Alemanha em dois estados de regimes políticos e modos de produção diferenciados, o comportamento da população após a reunificação mostrou que a legitimidade do sentimento nacionalista Alemão ainda

⁹³ idem (o grifo é meu) – É interessante a força da palavra “anexação” usada pela entrevistada, o que retrata um ponto de vista de alguém que teve conhecidos e família afetados diretamente pelos efeitos sociais negativos da reunificação. Além disso, o novo imposto mencionado, também causou grandes impactos, principalmente em como os alemães ocidentais passaram a ver seus compatriotas orientais.

não havia perecido, sobrevivendo no intrínseco popular durante os quarenta anos de segregação. As conseqüências disso foram evidentemente diversas, conforme já abordamos no item imediatamente anterior⁹⁴, porém, a pressão pela derrubada do muro e pela reunificação foi um movimento que teve a força popular em massa, ao menos de início.

O grande dilema seria mensurar até que ponto esse apoio popular ou essa força motriz social que impulsionou os acontecimentos rumo à reunificação, foram causados pela esperança de uma Alemanha melhor, ou seja, se foi um sonho dos cidadãos da RDA e RFA por melhores condições para se viver ou se foi simplesmente uma questão de restabelecer a unidade do país por referência histórica, política, social e até mesmo por orgulho nacional ferido quando da separação no pós Segunda Guerra mundial. E é exatamente isso que se pretende aferir nesta etapa do trabalho.

É bem verdade que esse sentimento de nacionalismo Alemão pode parecer um pouco surreal para um Estado territorial que permaneceu separado durante quatro décadas, inclusive com formalização internacional caracterizando dois Estados distintos, porém há de se lembrar que o próprio nacionalismo que surge em 89 e 90 e revitaliza a força de pressão popular rumo à reunificação está dentro dos moldes da idéia de comunidade⁹⁵ dos dois lados.

Outro ponto importante é o entrosamento presente na força governamental combinada entre o Estado nacional presente no governo da ilha **Utopia** e a regência das suas cidades-estado, algo muito semelhante ao ocorrido em

⁹⁴ vide capítulo III sub-item 3.2

⁹⁵ vide capítulo I p. 9

Berlim Oriental, que era nada mais do que uma extensão da envergadura política oriunda do governo de Moscou e reflexo da guerra fria tanto quanto a RDA era regida pelas políticas capitalistas.⁹⁶

Ao considerar alguns outros aspectos de governo, o leitor perceberá diferenças extremas entre as idéias de More e a realidade da Alemanha pré-queda do muro. Ao contrário do que se passava na ilha, a RDA não dispunha de quaisquer mecanismos de organização democrática e tampouco contava com sistemas de eleições oligárquicas conforme na ilha, sendo nada mais que uma ditadura socialista onde a população - ao contrário dos *utopianos* - não obedeciam por pura e simples boa vontade e ímpeto próprio, mas sim por coerção política.⁹⁷

Não se pode deixar de mencionar também a respeito da banalização do ouro e riquezas⁹⁸ presentes na **Utopia**, e que não tinha qualquer semelhança com a realidade Alemã, uma vez que na RFA a economia era capitalista, e na RDA havia planificação econômica de salários, ou seja, o fato de grande parte da população não deter posse de riquezas ou dinheiro não necessariamente condiz com o desdém pela bonança visto na obra de More por parte dos *utopianos*. Há de se convir ainda, que a obra de More em si apresenta várias conexões com a ideologia socialista, conforme já dito anteriormente neste trabalho, e a ligação da obra com tais ideais é a mesma dela com a realidade Alemã na RDA, salvo os casos de corrupção e desvio de verbas do poder público não previstos nos ideais socialistas puros.

⁹⁶ O exemplo citado da harmonia governamental na **Utopia** é item já abordado em citação anterior por Guzmán, vide capítulo II, sub-item 2.3, p. 25

⁹⁷ A questão da obediência pura e simples já foi abordada, vide cap. II sub-item 2.3, p. 26

⁹⁸ vide capítulo II sub-item 2.2, pp 19-20

Outro fator que não se pode deixar de considerar é que a obra de Morus tem o caráter de um regime bem ditatorial, do ponto de vista da rotina dos cidadãos *utopianos*.⁹⁹ Isso porque ao mesmo tempo em que eles desfrutam de certas liberdades, não se pode esquecer que todos usam as mesmas roupas, moram em casas iguais às de seus vizinhos, acordam na mesma hora e vivem sob o mesmo regime cerceado pelo governo, onde quem não segue as regras que são impostas pelo suposto aparato de governança é sancionado de alguma forma, inclusive com possível exílio, escravidão ou morte.

O fato mencionado no parágrafo acima significa que o leitor pode tranqüilamente fazer uma analogia com o regime socialista da RDA, principalmente em relação aos seus moldes.¹⁰⁰ Na verdade, o Estado moderno no modo geral como o conhecemos e como foi concebido dispõe de aparatos punitivos para o cidadão que não siga as normas de convivência civil ou moral impostas pelo seu governo ou pela sua sociedade. Entretanto, o fato das possíveis punições na Utopia acarretarem em exílio, escravidão ou às vezes execução, remontam a Estados caracterizados por uma governabilidade de cunho mais autoritário, não raro ditaduras.

Isso para não deixar de mencionar o fato de que na RDA os cidadãos, por viverem em uma ditadura socialista, contavam com aspectos similares aos da Utopia, como por exemplo o mesmo molde de vestuário fabricado por indústrias do Estado, casas populares construídas de maneira semelhante, o rígido controle à vida privada do cidadão, a própria re-alocação do cidadão em termos

⁹⁹ vide capítulo II sub-item 2.3

¹⁰⁰ SKINNER, Quentin. op. cit, p. 277

habitacionais¹⁰¹, de acordo com os interesses do Estado, dentre outras.

Por último e não menos importante, tem-se o elo que, na minha opinião, é o de maior importância para este capítulo e talvez para este trabalho: a liberdade de locomoção. Com o cumprimento de algumas poucas condições ou exigências, os cidadãos *utopianos* comuns detinham autonomia para viajar para quaisquer outras cidades vizinhas da ilha¹⁰², mas em nenhum momento o autor menciona se essa liberdade se estendia para jornadas rumo ao exterior, ou seja, fora dos limites geográficos da ilha¹⁰³.

Estabelecendo aqui uma analogia, sabe-se que os alemães da RFA não passavam por tão rigoroso controle fronteiriço ao viajar, a não ser quando tentavam ir à Alemanha Oriental. Já na RDA havia um estrito sistema de fiscalização para se viajar, sendo somente permitidas viagens ao exterior caso os destinos fossem países do leste Europeu, ou de alinhamento socialista. Ou seja, dentro de uma região onde anteriormente tinha-se apenas um país, a fronteira fica fechada e extremamente bem controlada para jornadas que seriam consideradas internas, mas são permitidas viagens ao exterior.

É importante lembrar que a conquista do Direito de ir e vir, como é hoje conhecido, tem suas origens na primeira geração dos direitos fundamentais do homem, a chamada geração da liberdade. Essa geração do direito trouxe consigo dentre as conquistas no direito vigente para o Estado moderno o direito à vida, à

¹⁰¹ Lembrando ao leitor que na Utopia os cidadãos faziam um rodízio habitacional de tempos em tempos de acordo com os moldes exigidos pela regência da ilha.

¹⁰² Vide capítulo II sub-item 2.2, p. 20

¹⁰³ A obra Utopia diz claramente que os poucos *utopianos* que iam ao exterior eram os embaixadores ou oficiais do governo, e mesmo assim, somente quando necessário. Mas a obra não esclarece se os cidadãos comuns não se dirigiam ao exterior porque não tinham interesse para tanto, ou por razões de coesão governamental.

segurança e locomoção entre os séculos XVII e XVIII.¹⁰⁴

O caso da divisão da Alemanha teve como uma das suas principais prerrogativas a restrição de uma das mais importantes liberdades conquistadas no Estado de Direito moderno, a liberdade de ir e vir, que foi colocada em cheque e gerou como consequência – junto com diversos outros fatores - um clima propício à insatisfação popular. Este pode ser o principal fator, principalmente do ponto de vista da Alemanha Oriental, pelo qual criaram-se condições para que os cidadãos alemães vislumbrassem a reunificação, ou seja, tinha-se como desejo psicológico ou sonho, ver esta e algumas outras liberdades restabelecidas em seu país, pois sabiam que assim desfrutariam de melhores padrões de vida.

Em suma, a reunificação Alemã apela a uma crise humanista, principalmente do ponto de vista da identidade do cidadão Alemão, pois essa caracterização do “nacional” para os Alemães está sendo recriada após o ocorrido em 1989. Os habitantes da ex-RFA e ex-RDA vêm passando por um processo de reformulação de suas identidades nacionais nos últimos anos, e isso reflete em todas as áreas nas quais há a conexão com tais fatos sociais.

¹⁰⁴ As conquistas dos direitos de primeira geração não deixam de ser frutos da influência de John Locke, inglês que viveu no século XVI.

CONCLUSÃO

O foco principal do desenvolvimento deste trabalho foi dar ênfase a diversos pontos de crucial importância para que se pudesse mostrar o objetivo proposto: aferir a eficiência ideológica de Thomas More, através de sua obra *A Utopia*, para esclarecer a organização social Alemã antes e depois da queda do muro de Berlim em 1989.

Um dos únicos pontos em comum da reunificação com a unificação Alemã da época de Bismarck é que a primeira também foi fruto da influência e conjuntura geopolítica mundial – assim como em 1871. Porém, bem ao contrário da unificação, a reunificação de 1989 foi também, inegavelmente, consequência da pressão emanada pelo povo, que saiu maciçamente às ruas em protesto quando percebeu que havia uma possibilidade de o governo ceder.

Cabe ao leitor se perguntar o porquê da escolha específica desta obra e de seu autor, e a isso, se dá à resposta de que a obra foi escrita em sua originalidade em um momento de crítica ao sistema vigente, onde mudanças sociais foram propostas. E essa contraposição ao *status quo* só ocorreu porque havia insatisfação com a realidade presente na época em que **A Utopia** foi escrita.

O próprio raciocínio lançado pela obra, de que o homem está inexoravelmente atrelado a sonhar com realidades melhores e com sistemas mais justos, é a resposta para a escolha dessa ferramenta ou deste instrumental para elucidar o fenômeno de impacto econômico e principalmente social que foi a queda

do muro de Berlim, onde fatores como a insatisfação, revolta com o sistema socialista vigente e o sonho ou a “utopia” de uma vida melhor pós-reunificação contagiaram o povo em 1989.

Entretanto, conforme o leitor analisou os capítulos do trabalho, pode-se concluir que a obra de More apresenta ambigüidade no tratamento do caso Alemão de 1989. Isso porque ela se encaixa nos moldes de uma expectativa por um mundo melhor com a queda do muro, mas se esquece que não se pode fazê-lo dentro dos padrões descritos na obra, devido ao seu caráter anti-progressista. O ponto principal que se quer esclarecer aqui é que More tenta supor uma sociedade melhor dentro de moldes que mais se encaixam às ditaduras de regime socialista do que a uma Alemanha capitalista reunificada. A supressão da propriedade privada não é mais possível no contexto atual, muito menos para uma coletividade harmônica nos moldes medievais.

Cabe ao leitor entender que, conforme abordado no primeiro e último capítulos, o ponto chave da reunificação está na questão do nacionalismo Alemão, wur por mais fora do molde natural com que tenha sido construído quando da formação do Estado Alemão em 1870, vigorou raízes fortes no povo a partir dali, conseguindo criar e disseminar de maneira muito bem sucedida o ideal de comunidade na nação. E isso ficou tão bem constatado, que o povo realmente fez força em 1989 para que a reunificação de fato ocorresse, se esquecendo que junto com ela, viriam também diversos problemas sociais e econômicos.

Talvez o povo Alemão tenha mantido durante quatro décadas o seu sentimento de unidade nacional adormecido, mas não esquecido, já que quando de fato houve a retomada da unidade nacional, pouco se atentou para os problemas sociais que poderiam - e decerto viriam - junto com a reunificação feita às pressas e sem planejamento social como foi o caso em 1989. Isso quer dizer que mesmo separado o povo germânico estava insatisfeito ou incomodado com tal fato, visto que os cidadãos se enxergavam e viam o outro lado do muro como mesma nação. E a maioria da população preferiu assumir estes riscos em conjunto com o outro lado, ou seja, como nação unida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GAETANO, Mosca, e BOUTHOU, Gaston. **História das doutrinas políticas desde a antiguidade**. Cap. XX pp 132-138. Rio de Janeiro: 3ª edição, Zahar Editores 1968

GAILE, Jochen. **Wir Deutschen - Eine Reise zu den Schauplätzen der Vergangenheit**. Kartographische Verlag Busche. Dortmund: GmbH Auflage 1991

GUZMAN, Maurício – **Cautiveiro del Hombre – Proyecciones del Utopismo**. México: Costa-Amic 1968

HOBBSBAWM, Eric. **A questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1870**. Lisboa, Ed. Terramar 1998

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva 1996

Inter Naciones, Bildungs Medien und Film. **100 Deutsche Jahre**. Kennedyalle 91-103 D 53175 Bonn, Inter Naciones 1999. (material em vídeo/documentário)

Inter Naciones, NDR und Spiegel TV. **Die Mauer – Eine Deutsche Geschichte**. Kennedyalle 91-103 D 53175 Bonn, Inter Naciones 1999. (material em vídeo/documentário)

KISSINGER, Henry. Diplomacia. Rio de Janeiro, 3ª edição - Univer-cidade Editora 2001. Tradução de: Saul S. Gefter

KÖKER, Anne e SONNTAG Ralf. **Berliner Platz 3 – Deutsch im Alltag für Erwachsene**. Berlin und München: Langenscheidt, KG 2004

LANTERMANN, Klaus, SPECHT, Jens e FIEDLER-RAUER, Heiko. **Perfil da Alemanha**. pp 64-102. GGP Media: GmbH, Pössneck 2003. Impresso no Brasil por Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Comunicação – Secção K03 - Tradução de: M. J. de Almeida Müller.

LINO, Nieto José. **Thomas More – Um homem para a eternidade**. São Paulo: Quadrante 1987

MAGNOLI, Demétrio. **O Mundo Contemporâneo – Relações Internacionais 1945-2000**. Organização: Elaine Senise Barbosa. São Paulo: Moderna 1996

MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Editora Martin Claret 2005. Tradução de: Pietro Nassetti

MUMFORD, Lewis. **Storia dell'Utopia**. Bologna: Calderini 1969

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Martin Claret 2000

SKINNER, Quentin. **As fundações do Pensamento Político Moderno**. 4ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras 2003
Tradução de: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília – Instituto de Pesquisa das Relações Internacionais. 2002